

A crítica
28/9/97
266
E4

Viana teme desastre ecológico no Amazonas

O presidente da comissão da Câmara que investiga a atuação das madeireiras na Amazônia, Gilney Viana, quer rigor na exploração sustentável.

Sob o impacto do desastre ecológico ocorrido no Sudeste Asiático, nos últimos dias - o que pode vir a se repetir no Amazonas - o deputado federal Gilney Viana (PT-MT) fez uma análise sobre a viagem a Manaus dos membros da Comissão da Câmara que investiga a atuação de madeireiras na Amazônia. O deputado se declarou preocupado com a nuvem de fumaça que tomou conta da capital, durante a visita dos representantes da comissão. Segundo ele, isto é resultado das queimadas na floresta. Sem condições de checar o cumprimento dos planos de manejo pelas madeireiras, Viana reconhece a dificuldade de fiscalizar a exploração. Disse que o principal problema das grandes empresas, que tentam cumprir a legislação, é a compra de madeira de pequenos fornecedores, sem certificação de origem. O deputado considerou positiva a atuação da Mil Madeireira, única empresa que recebeu o selo verde. Um dos principais ambientalistas do Congresso, Gilney Viana briga pelo rigor na exploração sustentável de madeira, para evitar o fim do estoque, e também o cuidado com atuação das empresas estrangeiras, que têm um capital muito forte e pretendem ser líder de mercado no país. A seguir os principais trechos da entrevista, concedida pelo deputado à repórter Roseli Garcia, da sucursal de A CRÍTICA em Brasília, logo após o seu retorno de Manaus:



Gilney Viana (primeiro à direita) visita madeireira em Manaus

Euzivaldo Queiroz — 16/set/97

Opinião



A CRÍTICA — Qual a avaliação que a Comissão faz da visita feita ao Amazonas? Gilney Viana — Foi uma avaliação positiva, porque tivemos

a oportunidade de ouvir todos os segmentos envolvidos na questão: madeireiros, Organizações Não Governamentais (ONGs) e os órgãos do Governo.

AC — O que a comissão encontrou de irregular na exploração madeireira no Amazonas?

GV — Tivemos uma série de depoimentos de órgãos do Governo, particularmente do Ibama, que nos dão conta de uma série de auto de infração, mostrando que madeireiras, compradores de madeira e extratores de madeira, estão agindo irregularmente. Ademais, algumas empresas confessaram que também tinham sido multadas em função de irregularidades constatadas pela fiscalização do Ibama. O grande problema é exatamente a origem da madeira.

AC — Como que se pode resolver a questão da origem da madeira?

GV — É difícil quantificar o volume de madeira da Amazônia é extraído ilegalmente e irregularmente. Relatório da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) avaliam em 70 e 80%. Mas o certo é que a indústria de ponta, que é a indústria madeireira do Estado do Amazonas principalmente, tem dificuldade de suprir todas as suas necessidades por fontes próprias, então compra o produto de terceiros, dos quais, não se tem certeza de que a origem é legal.

AC — É possível legalizar a madei-

ra desses pequenos fornecedores?

GV — Esse é o grande problema do Amazonas. A maioria da extração é na floresta de várzea em que depende do fluxo do rio e em boa parte é explorada por indivíduo ou por pequenos grupos, com difícil acesso à fiscalização. Na medida em que haja uma fiscalização do final do sistema produtivo, ou seja, a madeireira que industrializa e que exporta, até o extrator da madeira pode ser uma solução. Mas a grande chave disso é termos uma certificação de origem, que algumas madeireiras já têm no Estado.

AC — Quais as madeireiras que têm certificação de origem?

GV — A grande novidade. É uma novidade positiva que uma madeireira tenha adquirido a certificação do FSC. Esse selo não certifica que esteja tudo certo, mas que a origem da madeira seria retirada de planos de manejo florestal. A única que madeireira que encontramos com essa certificação é a Mil Madeireira, estabelecida em Itacoatiara.

AC — A Mil tem algum outro problema?

GV — Ouvimos a exposição dos técnicos e dos proprietários da Mil, fomos nas áreas de extração e observamos como eles operam a exploração e vimos que têm fundamentos ambientais sustentáveis. Agora nós não submetermos a Mil a uma fiscalização para saber se o plano de manejo está sendo cumprido. Se a extração está sendo feita com as cotas estabelecidas. Se as madeiras extraídas estão no padrão adequado. Então nós não estamos aqui oferecendo nenhuma certificação moral para Mil. Mesmo porque não pudemos fazer essa verificação com maior acuidade. Mas certamente que o FSC ao lhe dar o certificado é uma fonte de garantia de que a extração

seja sustentável. Embora seja muito recente e nós não possamos fazer um balanço exato e científico da operação da Mil.

AC — Há quanto tempo ela implantou o programa sustentável e quando poderá ser avaliado?

GV — Eles levaram os anos de 94 e 95 no processo de implantação do programa. Eles consideram o primeiro ano de operação nos padrões aprovados pelo FSC só o ano de 1996. O Ibama, por obrigação, deve fazer avaliação sistemática e atual. Vamos esperar muitos anos ainda para ter avaliação parcial do programa de manejo. E aí é muito variável. É coisa de longo prazo, cerca de 10 a 15 anos.

AC — A comissão conseguiu convencer algum madeireiro de que o programa sustentável é viável economicamente?

GV — Visitamos várias madeireiras, além da Mil, a Gethal Amazonas, a Carolina Indústria de Madeira Tropicais, empresas exportadoras. Fizemos uma reunião com madeireiros em Manaus. E todos eles nos falam que há possibilidades, há interesses no cumprimento da legislação ambiental. Mas, por

outro lado, eles reconhecem que atualmente não têm o controle da origem da madeira que usam. E por isso mesmo, às vezes, são flagrados com madeira de origem ilegal.

AC — O que o Ibama pode fazer nesse caso?

GV — A fiscalização do Ibama é fundamental, porque as madeiras da Amazônia têm uma tradição predatória muito grande. Mais no Estado do Pará, Mato Grosso e de Rondônia do que no Amazonas, mesmo porque existe um grau de especialização muito grande nas indústrias madeireiras amazonenses. São indústrias mais modernas, embora a extração não seja tanto. O futuro da indústria madeireira do Amazonas depende muito da certificação de origem, porque ela é voltada para o mercado externo. E o mercado externo será cada vez mais exigente em relação a origem das madeiras. Por isso, nos tentamos convencer os madeireiros de que é bom para as indústrias ter certificação, plano de manejo, comprar madeira que tenha origem conhecida e atestada pela fiscalização do Ibama e por auditorias independentes.

AC — Como convencer os empresários da certificação de origem da madeira se a própria Câmara dos Deputados adquire madeira sem essa exigência?

GV — Isto é o contraditório do Brasil. Na verdade, a Câmara até licitou a compra de madeiras extintas, como o jacarandá e o pau ferro. O que eu acho um contracenário da maior gravi-

dade. Fomos ao presidente, deputado Michel Temer. Ele prometeu averiguar, mas pelo que sei até agora ele não barrou essa licitação, que seria um estímulo à exploração de madeiras em extinção.

AC — Essa compra pode estimular irregularidades na extração de madeira?

GV — Se na Capital da República acontece barbaridade desse jeito. De uma certa forma, isso estimula que lá nos rincões, nos beiradões dos rios da Amazônia, aonde se extrai a madeira de várzea também se cometa ilegalidades. Mas não é um crime que justifica o outro. E nós temos que pensar muito. Se queremos ser pólo madeireiro, como Itacoatiara e Manaus, e voltado para o mercado externo. Ele tem que ser submetido à lógica do mercado externo, que é o acordo internacional de madeira que fala que até o ano 2000 toda madeira deve ser de origem certificada.

AC — Qual a situação da Amapac, comprada por asiáticos que é o objetivo da investigação da Câmara?

GV — Visitamos a Amapac, conversamos com os antigos e os novos donos, percorremos a linha de produção, analisamos documentos e detectamos o seguinte: a estratégia do capital da Malásia está configurada pela aquisição de um controle acionário de uma empresa que já estava em operação, que já tinha um mercado. O que facilita muito para os novos donos, porque eles têm um mercado nos Estados Unidos e na Europa. Eles não precisaram de tempo de maturação de investimentos, mas apenas incrementaram e ampliaram o mercado que já existiam. Os novos donos da Amapac, WTK, pretendem duplicar a produção da madeira, o que mostra que eles não vieram para ter um pequeno empreendimento marginal na economia madeireira da Amazônia. Eles vieram para liderar a indústria madeireira da região, queiram ou não.

AC — O Senhor acha que esse grande investimento força a legalidade da exploração?

GV — Notícias e informações colhidas sobre esses grupos da Malásia, como a Hibanun Hijau que trabalha em Belém, mostram acusações contra elas. Esses grupos já exploraram áreas de forma abusiva na Malásia, no Sudeste Asiático. Aliás vimos, na semana passada, uma cena da capital da Malásia tomada por uma nuvem de fumaça, frutos de queimadas no país vizinho, a Indonésia. Quando estive em Manaus também a cidade foi tomada por uma nuvem, certamente de queimadas, porque nós sobrevoamos e vimos a

fonte de queimadas. Isso tudo mostra que precisamos de ter muito cuidado com o capital estrangeiro e nacional que opera na indústria madeireira, porque ainda que ele não coloque fogo diretamente na floresta há um estímulo retroativo de que pessoas outras possam fazê-lo. Acho que todo cuidado é pouco com esses grupos estrangeiros que estão aportando na Amazônia, porque temos denúncias do seu passivo ambiental nas florestas do Sudeste Asiático.

AC — A exploração da Gethal e da Carolina apresenta irregularidade?

GV — Elas são madeireiras modernas. Mas tem um detalhe do ponto de vista que nos interessa, elas compram madeira de terceiros, então não tem controle sobre o produto que é usado no processo produtivo. Além disso tivemos muitas queixas dos sindicalistas referentes à Gethal, Carolina e a Mil. São queixas particularmente da

Gethal de um regime de trabalho rigoroso, dividindo a jornada de trabalho de 4 em 4 horas, o que é ilegal da CLT brasileira. As turmas de trabalho no Brasil são de seis a oito horas. Na Mil, o problema é intensificação da jornada de trabalho, redução de funcionários por tur-

“Acho que todo o cuidado é pouco com esses grupos estrangeiros que estão aportando na Amazônia”

funcionários por tur-

no, falta de diálogo com sindicato. Embora reconheçam que houve avanço nos últimos dois anos.

AC — É possível explorar o mogno e a virola sem acabar com a reserva, conforme aconteceu com o jacarandá?

GV — A forma como tem sido explorado tanto o mogno como a virola vão levá-los à extinção não enquanto espécie, mas enquanto produto de valor comercial. Inicialmente pensei que fosse exagero do Governo e do Ibama incluir a virola nas suspensões de novas explorações por dois anos. Mas depoimentos dos próprios madeireiros nos dão conta de que há pouca virola de fácil exploração no Amazonas.

AC — Os madeireiros começam a entender que o programa sustentável é na verdade uma reserva de mercado para o futuro?

GV — Eles entenderão por bem ou por mal, porque a Nação brasileira, a consciência nacional e internacional, vão cada vez mais impor que se respeite a floresta, a água, os ecossistemas e o meio ambiente.

AC — A comissão vai chegar a algum resultado prático sobre a exploração de madeira no Brasil?

GV — Chegaremos a muitos resultados. Um diagnóstico sobre a indústria madeireira brasileira. Identificação dos grupos estrangeiros. As indústrias madeireiras nacional ou estrangeira têm vícios semelhantes.